



Equipe da TV Justiça visita ES

A equipe da TV Justiça que atua junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) está desde quarta, dia 5 de maio, no Espírito Santo fazendo matérias de processos originados na Justiça Federal capixaba.

Formada pela repórter Viviane Rosa e Silva, pela produtora Denise Moraes Gouveia da Silva e pelo cinegrafista João Paulo dos Santos Souza, a equipe está fazendo pautas sobre indenização por compra de combustível adulterado em postos de São Mateus, diagnóstico errado de HIV e ofensa a professora da Ufes.

As matérias, após editadas, irão ao ar no programa Via Legal, exibido pela TV Justiça, às quartas-feiras, às 21h30min, e aos domingos, às 18 horas.

Foto: Magnago



A repórter Viviane Rosa entrevista a juíza federal Eloá Alves Ferreira de Mattos, da 6ª Vara Federal Cível.

Aberto edital para juiz da Turma Recursal do ES

Foi publicado no dia 3 de maio, no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região (e-DJF2R), edital de inscrição de juizes federais para a Turma Recursal do Espírito Santo (TR/ES), que tem por objetivo o preenchimento de vaga hoje ocupada pelo juiz federal Rogério Moreira Alves, cujo mandato na TR/ES termina no dia 30 de junho. Poderão se inscrever para a vaga os juizes federais titulares da JFES, sem prejuízo da sua jurisdição. O prazo termina no dia 14 de maio.

Caso não haja manifestação de interesse, a designação será feita pelo presidente do TRF2, por indicação conjunta do corregedor e da coordenadora dos JEFs, dentre os juizes que exercem jurisdição na SJES.

O mandato de adequação se inicia em 1º de julho de 2010, na forma do Ato Conjunto nº 06, de 29/09/2009, e o mandato bienal em 07 de janeiro de 2011. O preenchimento da vaga será feito pelo critério de merecimento.

Começam as obras remanescentes na nova sede da JFES

Começaram nesta segunda, dia 3 de maio, as obras de engenharia de construção da nova sede da Justiça Federal capixaba. Conforme o contrato administrativo nº 024/2010, assinado no dia 19 de abril, entre o diretor do foro da JFES, juiz federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha, e o representante da empresa Villa Construtora Ltda., vencedora da licitação, o prazo para execução dos trabalhos é de 8 meses.

Estágio para estudantes de Direito

Estão abertas as inscrições para estudantes de Direito das faculdades conveniadas (na Grande Vitória: Ufes, UVV, FDV, Unesc, Cesv/Pitágoras e Faesa; em Linhares: Unilinhares; e, em São Mateus: Faculdade Vale do Cricaré):

- em Vitória, até o dia 14 de maio. Inscreva-se enviando formulário padronizado, disponível no link 'estágios – área de atuação Emarf', para o e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br. A prova será realizada no dia 20 de maio, às 14 horas, no auditório da JFES, localizado na Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória. Consulte o edital em www.jfes.jus.br
- em Linhares, até 14 de maio. As inscrições serão realizadas na secretaria da Vara Federal de Linhares, localizada na Av. Nogueira da Gama, 988, Centro. A prova será realizada no dia 17 de maio, das 14 horas às 17 horas, na sede do Vara Federal de Linhares, no mesmo endereço da vara federal. O edital está disponível no site www.jfes.jus.br.
- em São Mateus, de 10 a 14 de maio. As inscrições serão realizadas na secretaria da Vara Federal de São Mateus, localizada na Av. Coronel Constantino Cunha Júnior, s/nº, Bairro Ideal. A prova será realizada no dia 15 de maio, das 9 às 12 horas, no mesmo endereço da vara federal. O edital está disponível no site www.jfes.jus.br.

Leilão: 2ª praça será no dia 12 de maio

A JFES realiza a 2ª praça do XII Leilão Unificado no dia 12 de maio, a partir das 13 horas, no auditório do edifício sede do órgão, localizado na Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória.

Dentre os bens a serem leiloados estão imóveis, veículos, equipamentos de informática e industriais, blocos de granito, materiais de escritório, eletrodomésticos e eletroeletrônicos, além de móveis domésticos.

Para mais informações, consulte os sites dos leiloeiros: www.buaizleiloes.lsl.br e www.leiloes-es.com.br, telefones: 27-3223-4933, 27-3315-1479. Consulte também o Núcleo de Apoio Judiciário da JFES, 27-3183-5073 ou 27-3183-5162.

Eventos da Emarf

A Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região (Emarf) realiza eventos nos dias 11 e 13 de maio, com transmissão por videoconferência para o prédio sede da JFES, localizado na Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, em Vitória.

No dia 11, das 9 às 13h30min, ocorre o Fórum ‘Direito Tributário Internacional’. De sua programação constam os temas ‘Tratados em matéria tributária’, com Ricardo Lobo Torres, e ‘Questões polêmicas a respeito da tributação de lucros no exterior’, com Roberto Duque Estrada.

No dia 13, das 9 às 13h30min, acontecem as palestras ‘Autocontrole, controle parlamentar e controle judicial’, com Felipe Derbli, mestre em Direito Público pela UERJ e procurador do Estado do Rio de Janeiro; e ‘A nova lei do mandado de segurança’, com o juiz federal Mauro Luís Rocha Lopes. Este evento é parte do 1º Curso da Administração Pública Brasileira.

Inscreva-se, gratuitamente, pelo e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br ou pelo telefone 27-3183-5187.

“Illuminuras” entrevista autor sobre Transconstitucionalismo

A revista eletrônica *Illuminuras* desta semana traz a obra “Esboços Jurídicos”, do escritor José de Alencar. A raridade foi publicada em 1883, no Rio de Janeiro, e fazia parte do acervo do jurista Pontes de Miranda. Hoje, integra a Biblioteca do Supremo Tribunal Federal. O livro trata da instituição do Júri.

No *Encontro com Autor* você pode acompanhar uma entrevista com o conselheiro do CNJ, Marcelo Neves, sobre sua obra Transconstitucionalismo. Já no *Ex-Libris* você vai fazer um passeio pela biblioteca pessoal da juíza do TJDF, Luciana Camargo. O programa mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias: “Difusos e Coletivos – Direito do Consumidor”, de Bruno Pandori Giancole e Marco Antonio Araujo Junior, da Editora Revista dos Tribunais; “Curso de Processo Civil”, de Carlos Alberto Álvaro de Oliveira e Daniel Mitidiero, da Editora Atlas; e “Intervenção de Terceiros”, de Athos Gusmão Carneiro, da Editora Saraiva.

Este programa será exibido sábado, às 18h; segunda-feira, 13h30; terça-feira, 10h30. O *Illuminuras* também está no *You Tube* (www.youtube.com/stf).

Com informações da Revista *Illuminuras*.

Juiz lança primeiro ‘e-book’ da Justiça Federal

O juiz federal Hélio Sílvio Ourém Campos é o primeiro na Justiça Federal a lançar um *e-book* – livro escrito para ser lido diretamente na tela dos computadores –, intitulado “Economia versus Democracia: o princípio da legalidade em um Brasil globalizado”. A obra será lançada no próximo dia 19/05, às 18h30min, no Espaço Cultural do Superior Tribunal de Justiça.

A obra será o marco inaugural da coleção de *e-books* da Biblioteca Digital do STJ.

Imprensa do CJF

TNU e Fórum de Corregedores se reúnem no TRF2 dia 10

A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência (TNU) dos Juizados Especiais Federais (JEFs) realiza sua próxima reunião, no dia 10 de maio, na sala do Plenário do TRF2. A sessão de julgamento será realizada das 10 às 20 horas e está prevista para prosseguir durante a manhã do dia seguinte.

A TNU é presidida pelo corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Francisco Falcão, e é composta por dez juízes federais das turmas recursais dos juizados, sendo dois de cada região da Justiça Federal. Atualmente, o juiz federal José Eduardo do Nascimento é um dos representantes da 2ª Região na TNU.

Seu trabalho é uniformizar a interpretação da legislação federal em questões de direito material, no caso de eventual divergência de entendimento entre turmas recursais. A TNU

ainda atua quando houver decisão de turma recursal que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Além da reunião da TNU, a sala do Plenário do TRF2 sediará o Fórum de Corregedores-Gerais da Justiça Federal. O encontro será no dia 11 de maio, à tarde, e igualmente será presidido pelo ministro Francisco Falcão. O objetivo do fórum, criado pela Resolução nº 234/01, é promover o debate e a troca de experiências entre os corregedores regionais dos cinco TRFs brasileiros, para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional na Justiça Federal. Integram o Fórum os desembargadores federais Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho (corregedor-regional da 1ª Região), Sérgio Schwaitzer (2ª Região), Suzana de Camargo Gomes (3ª Região), Luiz Carlos de Castro Lugon (4ª Região) e Manoel de Oliveira Erhardt (5ª Região).

Com informações da ACOS/TRF2.

CNJ pode ajustar Resolução 13 A Lei Orgânica da Magistratura

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu, no dia 4 de maio, por unanimidade, iniciar estudos com a finalidade de ajustar a Resolução 13, aprovada em 21 de março de 2006 que dispõe sobre aplicação do teto remuneratório e do subsídio mensal dos magistrados, à Lei Orgânica da Magistratura.

Agência CNJ de Notícias

Inscrições para CNJ Acadêmico vão até dia 31

Termina no próximo dia 31 às 18h o prazo para apresentação das propostas para o programa de apoio à pesquisa jurídica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o CNJ Acadêmico. O programa é uma iniciativa do CNJ em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e vai apoiar propostas de desenvolvimento de pesquisas em instituições públicas e privadas brasileiras que possuam programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pela Capes.

O objetivo é estimular a criação de linhas de pesquisas e redes de discussão nas universidades nas seguintes áreas de interesse para o Poder Judiciário: o Sistema de Justiça Criminal no Brasil - seus problemas e desafios; Análise do desempenho dos órgãos do Poder Judiciário; Aprimoramento dos instrumentos para uma prestação jurisdicional mais eficiente; Atuação, competências e interfaces CNJ com os demais órgãos do Poder Judiciário e dos outros Poderes; Utilização da tecnologia da informação para o aprimoramento do Poder Judiciário - limites e desafios; e os principais problemas no processo de revisão das decisões nos Juizados Especiais Federais.

Mais informações, telefone (61) 2022-6310 ou email: cii@capes.gov.br.

Agência CNJ de Notícias

Corregedoria do CNJ cria plano emergencial para aprimorar Juizados Especiais Federais

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) encaminhou, nesta terça-feira (4/5), aos cinco Tribunais Regionais Federais determinações a serem adotadas com vistas a melhorar o atendimento do Juizado Especial Federal do país. Entre elas está a criação de um plano emergencial para acabar com o atraso no andamento das ações. A medida visa corrigir deficiências verificadas pela Corregedoria nesses juizados, como excesso de processos em relação às varas comuns, falta de estrutura e de funcionários, além da demora na solução dos processos. Em algumas localidades, o juizado federal chega a acumular até seis vezes a quantidade de processos de uma vara federal comum.

“Os juizados são a grande porta de entrada do cidadão à Justiça e não vêm recebendo dos Tribunais Estaduais e Federais a devida atenção. Por isso a Corregedoria está fazendo uma análise profunda dessa questão, ouvindo os tribunais e propondo medidas para aprimorá-los”, destacou o corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp. De acordo com o corregedor nacional, cerca de 95% das ações que tramitam nos juizados federais tratam de matérias

previdenciárias, envolvendo benefícios de natureza urgente ou alimentar, como pensões ou aposentadorias.

Os Tribunais têm 90 dias para cumprir o plano emergencial e 120 dias para encaminhar à Corregedoria do CNJ relatório contendo os resultados alcançados. Já o Provimento 5 cria a Comissão de Reestruturação e Aprimoramento do Juizado Especial Federal. O grupo funcionará nos TRFs e terá a função de planejar e supervisionar a implantação de políticas públicas e ações estratégicas relacionadas aos juizados especiais.

Os tribunais terão 30 dias para instituir a comissão, que deve ser presidida pelo coordenador do juizado especial federal de cada região e composta por juízes por ele indicados.

Outras medidas específicas referentes a cada região também foram encaminhadas aos TRFs e devem ser adotadas em prazos que variam de 30 a 120 dias. As determinações são resultado das conclusões de um grupo de trabalho formado por juízes dos juizados estaduais, e do federal, das Varas da Fazenda Pública e da própria Corregedoria Nacional de Justiça.

Agência CNJ de Notícias

CJF libera R\$1,1 bilhão para pagamento de precatórios não-alimentícios

O presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, liberou no dia 30 abril aos tribunais regionais federais R\$ 1.144.485.281,99 para pagamento do primeiro lote de precatórios de natureza comum (não-alimentícios). Os valores relativos à União correspondem a R\$ 908.350.021,35 e os das entidades federais contabilizam R\$ 236.135.259,64. No próximo mês ocorrerá a última etapa de liberação de recursos dos precatórios não-alimentícios.

O Conselho da Justiça Federal esclarece que cabe aos tribunais regionais federais, de acordo com cronogramas próprios, fazer o depósito desses valores nas contas dos beneficiários.

A modalidade “precatório” refere-se ao pagamento de sentenças referentes a dívidas judiciais contraídas pela União federal e suas entidades cujo valor ultrapassa 60 salários mínimos, considerando-se o valor do salário mínimo vigente na época da autuação do requisitório. O precatório ou RPV de natureza comum, ou não-alimentícia, é aquele que não compõe a renda do beneficiário. São por exemplo, ações referentes a aluguéis, contratos, indenizações que não sejam por morte ou invalidez, repetições de indébito e outras.

Imprensa do CJF.